

RELAÇÃO ANDES-SN E CUT EM DEBATE

O ano de 2005 pode ser decisivo para a relação da CUT com as associações sindicais. Após ter se consolidado como a maior central sindical brasileira ao longo dos últimos 21 anos, a Central Única dos Trabalhadores vem perdendo força e filiados. Vários adeptos e entidades, insatisfeitos com as deliberações da CUT em relação aos encaminhamentos das discussões sobre as reformas trabalhista e sindical, têm optado pela desfiliação.

Esta discussão também perpassa pelo relacionamento do ANDES-SN com a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Integrantes desta coordenação dividem-se em apoiar ou não tal entidade como uma nova central sindical. Não existe consenso entre os participantes da CONLUTAS sobre esta discussão. Do mesmo modo, também não há unanimidade a respeito da permanência da ligação do Sindicato Nacional com a CONLUTAS.

Os delegados do 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica e Profissional (SINASEFE), realizado entre 11 e 15 de novembro de 2004, aprovaram a desfiliação da entidade da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Entre outras associações que preferiram desfiliar-se da CUT estão o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina (SINTUFSC).

Sindicatos discutem desfiliação

A Associação Nacional dos Docentes (ANDES-SN) também discute sua desfiliação, cujo encaminhamento foi aprovado no 49º CONAD, realizado entre 5 e 7 de novembro de 2004. Esta discussão será levada adiante no 24º Congresso do ANDES-SN, previsto para fevereiro de 2005.

Para embasar esta discussão, o ADUR INFORMA apresenta, abaixo, alguns textos que tratam do assunto, debatidos em Congressos do Sindicato de Docentes. Ao respeitar a diversidade dos argumentos contrários vários artigos envolvendo a relação ANDES e CUT estão disponibilizados na página eletrônica da ADUR-RJ, desde dezembro passado, para que os interessados formulem suas próprias opiniões sobre tão controversa temática.

A FAVOR DA DESFILIAÇÃO - TEXTO 25:

CADERNO DE TEXTOS DO 23º CONGRESSO DO ANDES, BAHIA, 4 A 9 DE MARÇO DE 2004.

Contribuição dos professores Amadja Henrique Borjes, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson Lima da Silva, Gilson de Vasconcelos Torres, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Lincoln Moraes de Souza, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria - sindicalizados da ADURN S. Sind.

PARA ONDE FOI A CUT? PARA ONDE VAI O ANDES?

Texto de Apoio

Após um ano de governo Lula, a esperança suscitada em amplos segmentos começa a ser questionada e as críticas de setores vêm sendo confirmadas. Além do mais, a expectativa ou mesmo curiosidade sobre o perfil e a natureza do governo cedeu lugar a frustrações, especialmente no que se refere ao atendimento de reivindicações históricas e direitos básicos da classe trabalhadora. O que deveria ser um novo modelo econômico não passou de discurso de campanha eleitoral e prosseguiu-se, no fundamental, com as mesmas orientações neoliberais da era de FHC. As políticas sociais, não obstante os discursos altissonantes e a intensa propaganda na *mídia*, esbarra-

ram nos ditames do capital financeiro através dos acordos com o FMI e de outras modalidades de submissão. A tão esperada nova forma de fazer política, rapidamente foi substituída pela troca de favores, alianças espúrias, frases demagógicas sobre a governabilidade, repressão e velhas posturas na busca de legitimação como o pacto social, fóruns esvaziados e iniciativas visando cooptar os movimentos sociais.

É verdade que parte da classe trabalhadora ainda sustenta algumas ilusões quanto ao governo Lula. Entretanto, outros segmentos já adotaram uma firme posição contrária a essa espécie de terceiro mandato de FHC. De um lado, a própria CUT, embalada pelo canto da sereia

navega nas ondas do neoliberalismo. De outro, setores da classe trabalhadora, especialmente o funcionalismo federal, adianta-se na oposição e transforma-se, direta ou indiretamente, na nova vanguarda sindical do país neste momento. Ao que tudo indica, com os novos e futuros ataques aos direitos trabalhistas, através das más intituladas reformas sindical e trabalhista, novos agrupamentos, provavelmente, também iniciarão seus questionamentos. Já o MST, apesar de muitas promessas e poucas reivindicações atendidas, não se sabe, ainda, até quando se conformará com algumas migalhas e suportará a continuidade do atual compasso de espera e confundirá discursos com uma ampla

**** CONTINUA NA PÁGINA 2 ****

ASSEMBLÉIA GERAL DE DOCENTES

**A ADUR-RJ con-
voca todos os docentes
para a Assembléia
Geral da categoria, a
realizar-se no dia 20
de janeiro (quinta-fei-
ra), às 13 horas, no
quiosque da entida-
de.**

**Um dos assuntos em
pauta é a desfiliação
do Sindicato Nacional
dos Docentes (ANDES-
SN) da CUT.**

CONLUTAS

A PÁGINA ELETRÔNICA DA CONLUTAS (COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS) APRESENTA A ENTIDADE COMO AQUELA QUE "PRETENDE SE CONSTITUIR COMO UMA ALTERNATIVA DE LUTA PARA OS TRABALHADORES", FAZENDO FRENTE À CUT.

COMPOSTA POR SINDICATOS, ORGANIZAÇÕES POPULARES E MOVIMENTOS SOCIAIS, A CONLUTAS SURTIU EM MARÇO DE 2004 COMO UM "DESDOBRAMENTO DO ENCONTRO NACIONAL SINDICAL", EM LUZÂNIA (GO).

COMO PRINCIPAL MOTIVAÇÃO, A CONLUTAS SE ARTICULA CONTRA AS REFORMAS SINDICAL, TRABALHISTA, UNIVERSITÁRIA, TRIBUTÁRIA E JUDICIÁRIA DO GOVERNO LULA.

PARA OUTRAS INFORMAÇÕES, ACESSE:

WWW.CONLUTAS.ORG.BR

reforma agrária. A continuidade das ocupações, todavia, pode sinalizar para futuros atritos com o governo Lula.

No caso específico do funcionalismo, seu papel reveste-se de grande importância. Em primeiro lugar, por constituir um setor da classe trabalhadora e, portanto, pertencer às classes subalternas. Em segundo, devido ao seu tipo de inserção no Estado e fazer parte de sua estrutura e funcionamento, termina mantendo com ele uma relação contraditória e praticamente impossível de resolver enquanto perdurar o sistema capitalista. Em terceiro, o funcionalismo materializa o principal agente das políticas públicas, uma vez que estas, para serem formuladas e implementadas necessariamente terão que passar pelas suas mãos.

Estes aspectos ficam mais claros ainda, quando o funcionalismo defronta-se com governos neoliberais. No tocante ao pertencimento às classes subalternas, o funcionalismo também sente os efeitos diretos da redução ou perda dos direitos sociais, do arrocho salarial e de medidas repressivas em cima da classe trabalhadora como um todo. Ao fazer parte da estrutura formal do Estado capitalista o funcionalismo vai sentir na pele a maior privatização deste e a violência das campanhas ideológicas da nova direita que procuram transformá-lo, aos olhos da sociedade, no principal responsável pelos desmandos, corrupção e supostas ineficiência e ineficácia do Estado, isto é, como se fosse corporativo, privilegiado, preguiçoso e contra as mudanças e reformas. Em relação ao fato de ser o principal agente das políticas públicas, a redução dos gastos nas políticas sociais (educação, previdência, saúde etc.) e o desmantelamento dos respectivos órgãos e instituições das atividades governamentais, levam a grandes dificuldades ou impossibilidades do trabalho devido às condições precárias.

Não surpreende, desta feita, que o funcionalismo tenha batido de frente com o governo neoliberal de Lula e que, ao mesmo tempo, apresente um progressivo questionamento ao seu braço sindical, no caso a CUT. Ressalte-se, contudo, como veremos logo a seguir, que o relacionamento do funcionalismo e particularmente do ANDES-SN com a CUT esteve marcado, em muitos momentos, por algumas diferenças, tensões e problemas que perduraram e aumentaram ao longo do tempo. No momento atual, a privatização da previdência, a perspectiva de mais um ataque frontal à universidade pública e das cha-

madras reformas sindical e trabalhista elevaram a um patamar superior as dificuldades de uma convivência harmoniosa e frutífera. Daí, a necessidade e a urgência de uma discussão e reflexão baseadas na nossa trajetória de lutas, ancoradas nos nossos princípios e coerentes com a busca de uma nova sociedade.

Alguns elementos históricos

Visando subsidiar a análise das relações entre o funcionalismo, o ANDES-SN e a CUT, bem como introduzir elementos que norteiem a posição do nosso sindicato sobre a Central, é importante resgatar alguns pontos.

No início da década de oitenta, quando ainda era, por força de lei, uma associação (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), o ANDES-SN, juntamente com outros setores da classe trabalhadora e do funcionalismo, teve um importante papel na reorganização do movimento sindical no país. Na época, os trabalhadores do ABC paulista apareciam como o segmento mais avançado das lutas operárias e suas propostas rapidamente começavam a ganhar terreno em outros setores: um movimento sindical que fosse combativo, classista, autônomo (perante os partidos, Estado e aos padrões), organizado pela base ou local de trabalho etc.

Simultaneamente, ocorria uma intensa discussão sobre a criação de uma nova central sindical e a então associação ANDES, teve uma intensa participação nos encontros intersindicais, especialmente no CONCLAT de Praia Grande em 1981, na Comissão Pró-CUT (a partir de 1982) e no CONCLAT de São Bernardo do Campo em 1983. Nestes encontros, os sindicalistas estavam divididos, no geral, em dois grandes blocos antagônicos e inconciliáveis: um formado pelos grupos da chamada Unidade Sindical e que defendiam um processo de articulação intersindical a partir da estrutura oficial e entendiam que as reivindicações e lutas eram secundárias face à transição democrática. O outro, por militantes ligados às denominadas Direções Autênticas, aliadas às Oposições Sindicais e que propugnavam a construção da CUT pela base. Diante do impasse, o segundo bloco convocou o CONCLAT de São Bernardo em 1983 que culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O que ficou evidente, desde o início da reorganização do movimento sindical, foi a presença de um intenso debate, a impossibilidade de conciliar as profundas divergências em função de questões de princípio e o fato inegável de que foi o setor mais

avançado que tomou a iniciativa de dar passos mais largos na continuidade da luta, embora fosse minoritário no período. E este debate referente aos dois grandes blocos citados, por sua vez, igualmente vai ocorrer no interior do Movimento Docente (MD). Ligado a isto, vai haver uma outra discussão igualmente relevante, ou seja, se a então associação dos docentes deveria pautar-se por uma postura mais propriamente sindical ou constituir-se como uma organização acadêmica ou algo do gênero. E isto, diga-se de passagem, explica, em grande parte, o lento processo de discussão que definiu a filiação do ANDES-SN à CUT.

Além do mais, o mesmo debate marcado por uma postura mais sindical versus postura mais acadêmica, vai fundamentar a questão referente à autonomia do sindicato perante o governo. Para se ter uma idéia, com o advento da auto-intitulada Nova República, aqueles que sustentavam uma linha acadêmica defendiam explicitamente que o ANDES-SN deveria ter responsabilidade com a governabilidade de Sarney. Já o segundo segmento, opunha-se radicalmente a tal atrelamento: ao considerar inconcebível abrir mão da independência e da autonomia da entidade perante aos governos, partidos políticos e administrações universitárias; ao assumir mais decididamente a defesa da categoria ao qual representava, bem como da universidade pública. Como um dos desdobramentos desta polêmica, vai ocorrer, pela primeira vez, a existência de duas chapas para concorrer à direção da entidade em 1986, saindo vitoriosa a que representava a linha mais sindical.

No final da década de oitenta, a nossa associação vai transformar-se em sindicato nacional e filiar-se à CUT. Cinco anos após a criação da Central, no Congresso de Juiz de Fora, em 1988, aprovou-se indicativamente a filiação à Central. Esta indicação, após apreciação pelas bases deveria ser deliberada no Congresso seguinte. Finalmente, o VIII Congresso do ANDES-SN, fevereiro de 1989, em São Paulo-SP, aprova a filiação. No que diz respeito à transformação do ANDES em sindicato, essa ocorreu em novembro de 1998 no Congresso Extraordinário (Rio de Janeiro-RJ). Contudo, essa filiação formal não significou que a totalidade das Seções Sindicais que compõem o ANDES-SN viria se filiar à Central, pois cada Seção teria que deliberar, em Assembléia Geral, sua filiação. E hoje, passados quinze anos, somente cerca de

quarenta por cento das Seções filiaram-se à CUT.

Como se observou, o pequeno resgate aponta para uma série de questões que indicam, de uma maneira ou de outra, que a formação da CUT esteve marcada pela combatividade na área sindical e que a Central representou, no seu início, a vanguarda do movimento. Sobre o ANDES-SN, também sobressai a mesma combatividade e a predominância dos princípios da autonomia sindical perante os partidos, governos e administrações universitárias. Os caminhos das duas entidades, entretanto, nem sempre foram os mesmos, como mostraremos a seguir.

“Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XV Congresso do ANDES Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, realizado no período de 1 a 6 de fevereiro de 1996, em Santa Maria – RS, repudiam veementemente a decisão desta direção que ratificou as negociações realizadas pelo presidente da CUT junto ao governo FHC.

As declarações de FHC comemorando a decisão da direção da CUT são emblemáticas do seu caráter de conciliação, quando se refere ao resultado desta reunião como ‘muito bom, isso é ótimo’ (Zero Hora, 05/02/96). A luta contra o projeto neoliberal implementado por esse governo não pode dobrar-se diante da renovada forma de pacto social que convidam os trabalhadores a assinarem embaixo na medida que retiram conquistas históricas e sofridas do movimento popular e sindical.

A CUT, como central de caráter classista, deve ser um instrumento de organização de todos os trabalhadores no conjunto contra a reforma da previdência, reforma tributária e administrativa impostas pelo Governo liberal e que tem como objetivo concentrar ainda mais a riqueza e aprofunda a miséria e o desemprego entre os trabalhadores brasileiros.

Neste sentido, reivindica-se a convocação extraordinária e imediata de plenárias estaduais e nacional da Central, com representantes de todos os sindicatos filiados à CUT, para que se democratize a discussão da postura política da Central frente ao pacto social proposto pelo governo FHC.” Sem comentários...

Além do cotidiano das lutas e das formas organizativas, um outro campo para reflexão, não menos fértil, remete para o próprio tratamento dado à educação. Para se ter uma idéia, enquanto o ANDES-SN sempre procurou manter ativo o Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE), a CUT, sistematicamente, teve ações no sentido contrário, demonstrando a

**** CONTINUA NAS PÁGS. 3, 4 E 5 ****

inflexão da Central em relação à concepção de organização horizontal, pela base, privilegiando a estrutura vertical (confederações, federações). A luta para manter o DNTE remonta a meados de 1990, quando o ANDES-SN junto com outras entidades sindicais do ramo da educação procuraram evitar o adiamento do Congresso do DNTE, marcado para 1995 e compreendido como espaço para avançar a unificação dos trabalhadores da educação em torno da Campanha Nacional da Educação da CUT e da elaboração do Plano Nacional de Educação pelos trabalhadores. Apesar do empenho destas entidades esse congresso não se realizou até hoje. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi quem desempenhou esse papel. O ANDES-SN entendia também que o Congresso do DNTE seria um "espaço importante para a discussão da concepção e estrutura sindical em disputa na CUT" ao reafirmar "o DNTE como componente da concepção sindical defendida pelo ANDES-SN com base na proposta original da CUT, que garante a autonomia e a estrutura horizontal nas organizações sindicais." (XVI Congresso do ANDES-SN, João Pessoa/PB, 1997).

O XVI Congresso do ANDES-SN em 1997, João Pessoa-PB, contempla uma série de deliberações sobre a matéria, tais como: "Acatar a indicação da Executiva Nacional da CUT de adiar o Congresso do DNTE, sem perder de vista a necessidade política de sua realização, o mais rápido possível; lutar para que o referencial fundamental de participação no Congresso do DNTE seja os princípios defendidos por esse sindicato, principalmente no que se refere à PARTICIPAÇÃO DA BASE; reafirmar a posição geral, já aprovada nas instâncias do ANDES-SN, de manutenção do DNTE, entendendo-se, no entanto, que no processo em busca de uma alternativa para a organização dos trabalhadores em Educação, a atuação do ANDES-SN será fundamentada nos seguintes eixos: a) o ramo de atividade da educação deve fazer parte da estrutura organizativa da CUT; b) resguardar os princípios de concepção e estrutura sindical defendidos pelo ANDES-SN."

Essas deliberações foram reafirmadas em Congressos e CONADS realizados posteriormente ao XVI Congresso. O ANDES-SN continua tentando junto à Central a realização de um congresso do DNTE. Neste sentido, mais uma vez os caminhos seguidos são diferentes, pois a Central procura manter uma organização verticalizada ao privilegiar as confederações e federações e, o ANDES-SN prossegue, defendendo o DNTE.

Quanto ao trato em relação às

chamadas esferas públicas e privadas, a prática da CUT contradiz de forma cristalina o discurso em defesa do ensino público e gratuito. A este respeito, nada mais esclarecedor do que a postura da Central no tocante às campanhas em defesa da escola pública. E, mais recentemente, a vergonhosa, constrangedora e acintosa participação do atual presidente da CUT, Luiz Marinho, bem como do ex-presidente e atual deputado federal do PT, Vicentinho, em campanha publicitária em defesa do ensino privado.

É evidente que, ao fazer convênios com instituições privadas e participar de campanhas publicitárias, a CUT ajuda a implementar a política privatista do governo Lula. Como mais um exemplo revelador, bastaria ler a peça publicitária que propagandeia a celebração do convênio entre a Fundação UNIBAN e a CUT publicada no jornal Folha de São Paulo (4 de dezembro de 2003, p. A 15). O título também é bastante expressivo: "FUNDAÇÃO UNIBAN E CUT, JUNTAS PELA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL." E o mesmo pode-se dizer sobre a chamada: "A iniciativa estimula a formação, a qualificação e a capacitação profissional dos brasileiros e contribui com o processo de inclusão social que está sendo desenvolvido pelo Governo Federal."

CUT: outras evidências importantes da inflexão

Como já foi apontado, em alguns momentos a CUT e o ANDES-SN seguiram caminhos diferentes pois a Central, gradativamente, afastava-se da sua proposta original. Em outras palavras, a inflexão da CUT no tocante à concepção e proposta que fundamentaram a sua criação e expressas no Estatuto de fundação, assim como no encaminhamento das lutas, não é recente e nem se restringe apenas ao exemplo do DNTE ou ao trato da previdência. Mas o 3º CONCUR (Belo Horizonte-MG, 1989) foi o marco, uma vez que as mudanças estatutárias aprovadas demarcam muito bem a guinada da Central por uma concepção sindical que reduz a participação da base e privilegia a estrutura vertical. E é importante registrar que nos CONCURs e Plenárias Nacionais que sucederam o referido CONCUR, este processo foi aprofundado, verticalizando ainda mais a estrutura e funcionamento da Central.

Também não é de hoje que o ANDES-SN registra as inflexões da CUT. A posição do ANDES-SN em relação às metamorfoses da Central e seu retrocesso, sempre foi de crítica e combate, aprovando em seus Congressos e CONADS Planos de

Lutas que contemplavam esta posição. O XVI Congresso em 1997, João Pessoa-PB, por exemplo, aprovou: "Fortalecer a CUT, trabalhando no sentido de resgatar o sindicalismo combativo, classista, autônomo, democrático, construído pela base, com destaque no potencial de mobilização." Esta deliberação, por sua vez, com alterações apenas de forma, vem sendo reafirmada, sucessivamente, nos Congressos e CONADS.

Ainda fundamentado nas instâncias do ANDES-SN, encontramos várias deliberações que bem comprovam as mudanças de rumo da CUT, com destaque para:

"Rejeitar a proposta de implementação de sindicalismo orgânico, trabalhando na perspectiva de que o VI CONCUR reveja a posição da Central sobre Sindicato Orgânico, na direção da recuperação da estrutura sindical horizontal, democrática e autônoma que deu origem à CUT, fazendo com que essa se transformasse na única central representativa dos trabalhadores no campo classista." (XVI Congresso, João Pessoa-PB, março de 1997). Esta posição foi reafirmada no XVII Congresso (Porto Alegre-RS, fevereiro de 1998) e XVIII Congresso (Fortaleza-CE, março de 1999). Também os CONADS XXXIV (Palmas-TO, julho de 1997) e XXXV (Belém-PA, outubro de 1997) aprovaram propostas na mesma direção.

"Realizar, até o VI CONCUR, Seminário Nacional, com sindicatos filiados à CUT, para analisar a trajetória cutista, debater e propor formas de organização, estratégias de luta etc., prioritariamente organizado pela CUT ou, caso a Central não concorde, realizá-lo em conjunto com outros sindicatos" (XVI, João Pessoa-PB, março de 1997);

"Reforçar o princípio de que o sindicalismo autônomo e classista deve lutar contra toda política de pacto social, qualquer que seja o nome que ela venha adotar" (XVI Congresso, João Pessoa-PB, março de 1997);

"As Seções Sindicais devem articular-se para garantirem participação ativa nos CONCURs e o Sindicato como um todo deve mobilizar-se para garantir o maior número possível de delegados ao CONCUR. Nesses eventos, as delegações do ANDES-SN buscarão as articulações necessárias para o resgate das concepções e práticas que deram origem à CUT, o que passa necessariamente pela recusa ao modelo de sindicato orgânico/nacional e pela implementação de uma estrutura sindical classista, horizontal, de base e democrática. Objetivo que, para ser alcançado, depende centralmen-

te da superação política da atual linha majoritária na direção da Central" (XIX Congresso, Juiz de Fora-MG, fevereiro de 2000).

E, mais recentemente, o 47º CONAD em Natal, novembro de 2003, além de reiterar o caráter combativo e a concepção sindical do ANDES-SN, foi palco de intenso debate referente ao seu relacionamento com a CUT. Este debate foi motivado: por críticas à Central contidas nos textos de avaliação de conjuntura; pelo fato da direção nacional do ANDES-SN ter suspenso a partir de junho de 2003 o repasse da contribuição financeira à CUT; e devido a propostas de resoluções apresentadas no caderno de texto visando a suspensão imediata da contribuição financeira, para o conjunto do sindicato, à Central, bem como a desfiliação do ANDES-SN a esta mesma Central no referido evento ou a ser submetida à apreciação no 23º Congresso em março deste ano.

Após amplo e acirrado debate, o 47º CONAD aprovou o seguinte texto resolucão:

"O 47º CONAD delibera que as seções sindicais discutam a relação do movimento sindical docente com a CUT."

Mas as questões não se esgotam nas posições assumidas pelo ANDES-SN nos seus Congressos e CONADS, já que extrapolam em muito os pontos elencados. A relação financeira do ANDES-SN com a CUT, para se ter uma idéia, também é um elemento que demonstra a opção da Central pela estrutura vertical, privilegiando o sistema confederativo em detrimento da estrutura horizontal. O ANDES-SN, em instâncias deliberativas, rejeitou a proposta da CUT quanto ao repasse da contribuição do sindicalizado para a Central, o que, dentre outras coisas, legitimaria a proposta de sindicato orgânico. Este embate transcorreu entre 1996 e início de 1998, quando finalmente a Central acatou, estrategicamente, a proposta do ANDES-SN.

A proposta de política de finanças da CUT, aprovada na 7ª Plenária Nacional, 1996, além de aumentar o percentual de contribuição de 5% para 9% em 1996 e para 10% a partir de 1997, era centralizadora pois os sindicatos de base (no caso do ANDES-SN seriam as seções sindicais) repassariam 9% de sua receita diretamente à Tesouraria Nacional da CUT. Do montante arrecadado a CUT Nacional ficaria com 2% e repassaria 3,5% para as CUTs Estaduais e 3,5% para as Confederações/Federações (no Caso do ANDES-SN seria o Caixa Nacional).

O XV Congresso do ANDES-SN

(Santa Maria-RS, 1996) rejeitou essa sistemática e deliberou, como posição temporária até que se chegasse a um acordo, que o pagamento à CUT, a ser efetuado tanto pelo Caixa Nacional (Tesouraria do ANDES-SN), como pelas seções sindicais, se restringisse aos 5,5% da respectiva receita, ignorando os 3,5% referentes ao sistema confederativo/federativo. Ao comunicar esta deliberação à Tesouraria Nacional da CUT - Ofício Nº 046/96 - o ANDES-SN justificou: "não teria sentido o caixa nacional ou mesmo que o caixa das seções sindicais incluísem no recolhimento à tesouraria da CUT, parcela destinada a sustentação financeira do sistema confederativo". Face a resistência da Central, expressa em reuniões e em ofício, à posição deliberada no XV Congresso, a diretoria do ANDES-SN manteve, como não poderia deixar de fazê-lo, a deliberação do seu Congresso (Ofício Nº 091, 8 de março de 1996) complementando "como temos demonstrado, o cumprimento da nova sistemática somente será fiel às deliberações das instâncias da Central, a partir de um olhar acurado da concepção e da estrutura do Sindicato Nacional. Concepção e estrutura, aliás, que guardam os princípios do novo sindicalismo cutista. Alcançamos patamar que supera o que seria restringir-se ao dilema: passar à inadimplência com a tesouraria da CUT ou abdicar do conceito de organização sindical pelo qual a categoria optou para si própria. É nesse patamar que retomamos a posição aprovada no XV Congresso do ANDES-SN".

Um outro aspecto inaceitável da política de finanças da CUT era que a sustentação financeira do DNTE ficava comprometida. Dos 9% arrecadados, não havia previsão de suporte financeiro para este Departamento. A coordenação do DNTE, em documento sobre a matéria, destaca que "há aspectos que podem atingir profundamente os procedimentos democráticos de discussão dentro da Central. Em primeiro lugar, para uma série de entidades (de base ou nacionais) estas alterações exigem modificações estatutárias. Dependem, portanto, da realização de assembleias ou congressos específicos e correspondentemente aprovação da proposta. Em segundo lugar, a forma como está sendo conduzido este processo de mudança na sistemática de contribuição à CUT, está incorporando a implantação de estruturas orgânicas à Central, sem que elas estejam devidamente discutidas e definidas nos foros adequados".

Finalmente, valeria lembrar a política da CUT quanto às Câmaras Setoriais e outros fóruns com composição tripartite e o uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Semelhante às outras propostas da Central, também rejeitadas pelo ANDES-SN.

As citações e as observações anteriores mostram, portanto, que o questionamento do ANDES-SN em relação à CUT, além de ser antigo, aponta em várias direções e atinge planos variados. Além do mais, e este aspecto é igualmente relevante, as críticas e as tentativas infrutíferas de mudar a CUT remontam ao período anterior ao governo Lula. Daí a necessidade urgente de se tecer algumas considerações sobre o momento atual, o que vai comprovar mais ainda as inflexões da Central.

A CUT, o governo Lula e a diferenciação de caminhos

O que poderia, à primeira vista, assemelhar-se a meros desvios de rota, incompreensões, erros na implementação das decisões ou simples dificuldades para levar adiante as orientações corretas em defesa da classe trabalhadora, com o governo Lula as coisas não deixaram mais margens à dúvidas. Neste sentido, o governo atual oportunizou à CUT a explicitação inequívoca da renúncia/recusa à concepção e prática sindical que lhe deu origem. Ao transformar-se em braço sindical do governo terminou, como este, adotando uma política de colaboração de classes.

Em apenas um ano de mandato do governo Lula, ficou evidente o aparelhamento da Central, sua escolha pela política neoliberal e por garantir as práticas governamentais, passando, inclusive, a considerar-se governo e disponibilizar seus quadros para assumir funções e cargos no chamado terceiro mandato de FHC.

Em pouco tempo a CUT explicitou que não tinha mais caminho próprio, pois as coordenadas dos seus passos, as indicações e os direcionamentos são dados, agora claramente, pelo governo e não por suas bases. A este respeito, a ingerência do governo Lula na CUT chegou ao ponto de ser publicizada, com meses de antecedência ao 8º CONCUR (São Paulo-SP, junho de 2003) que o preferido de Lula, no caso Luiz Marinho, assumiria o comando da Central. O evento apenas confirmou a vontade do governo.

Mas o 8º CONCUR, igualmente expressou muito bem a linha política sintonizada e dependente do governo Lula. Não surpreende que a Central assumiu claramente a defesa do governo e que tenha retirado do seu Plano de Lutas deliberações importantes, tais como: a luta contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o pagamento da dívida externa; o

combate à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); a retirada do apoio à luta pela reforma agrária do MST. Quanto ao abandono da defesa dos serviços e dos servidores públicos, a deliberação tomada sobre o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Previdência, que estava em tramitação no Congresso Nacional, consolida a reorientação da linha política.

No entanto, a posição da CUT não ficou restrita apenas ao âmbito das deliberações do 8º CONCUR. Na sequência, as ações da Central confirmaram o atrelamento, corroboraram e propiciaram o recrudescimento da política neoliberal do governo Lula - iniciada com Collor e aprofundada com FHC.

Mais alguns fatos esclarecedores. A atuação da CUT na greve do funcionalismo contra a PEC 40 da má intitulada reforma da Previdência, com desdobramentos nefastos à luta em defesa da construção e ampliação de um serviço público gratuito e de qualidade, o que atesta um grave exemplo do papel da Central na pro-sustentação do governo Lula e do neoliberalismo. Desde o início, inclusive, a CUT tentou frear o avanço do movimento. E isto ficou evidente, pois enquanto o conjunto do movimento apontava para a rejeição da citada PEC a CUT simplesmente aceitava negociar em cima de alguns pontos. Além do mais, o presidente da Central, Luiz Marinho, anunciou uma oposição declarada à greve e apostando no isolamento do movimento. Com a manutenção da greve e seu caráter nacional, a CUT, numa manobra tática, passa a ter um discurso oficial de apoio, mas sem tomar nenhuma iniciativa de peso na mobilização. Registre-se, por exemplo, que a marcha dos servidores à Brasília, que atingiu em torno de oitenta mil pessoas, não contou com o apoio decisivo da CUT nacional.

No caso dos Correios, foi realizada uma das maiores greves da categoria com um índice de adesão próximo a 80% em todo o território nacional e, em várias cidades, superior a 90%. No segundo dia da paralisação, a categoria recusou a primeira e rebaixada proposta da empresa e posicionou-se contra o denominado Comando de Negociação (composto pelas correntes sindicais Articulação, grupo majoritário da Central e Corrente Sindical Classista) que queria a suspensão do movimento.

Na greve dos bancários, também ocorreram atritos entre a base e a cúpula sindical. A Executiva Nacional dos Bancários, para se ter uma idéia, recomendou que todos os sindicatos aceitassem a proposta apresentada pelos banqueiros. Como

disse Vagner Freitas, presidente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT e coordenador da Executiva: "ao mesmo tempo em que houve um crescimento na mobilização da categoria, em função do momento político que vivemos, não seria possível avançar mais a proposta por meio de negociações. Não é a plena vitória, mas é possível fazer um acordo neste patamar." (AnSindical, 02/10/2003).

Um outro ponto não menos grave e que não pode deixar de ser denunciado e rejeitado, foi, mais do que complacência, uma concepção política que a CUT passou a adotar ao assumir a política assistencialista e paliativa do governo Lula e incentivar a entrada da classe trabalhadora no circuito financeiro e ao se dispor a implementar atos nessa direção. Um exemplo cabal disto foi o acordo feito com o governo para encaminhar a proposta de empréstimo dos bancos, sob consignação, aos trabalhadores filiados às centrais sindicais através dos sindicatos. Esta ação, além de contribuir para o imobilismo dos trabalhadores, numa prova da abdicação ao sindicalismo classista, combativo e autônomo, optando pela política de colaboração de classes, terminou fortalecendo o setor financeiro.

Finalmente, a pérola. O que parecia impossível há anos, concretizou-se. A adoção pela CUT dos mesmos instrumentos utilizados pela Força Sindical e CGT e pelos sindicatos patronais, tão combatidos pela Central. Primeiro, a campanha publicitária comemorativa dos vinte anos de criação da Central. Peças acintosas às condições de vida da maioria de seus filiados, mas tão a gosto dos sindicatos patronais e demais centrais. Segundo, o megashow já anunciado, a ser realizado no 1º de maio de 2004, semelhante ao das outras centrais e anteriormente criticado pela CUT.

Não é preciso mais exemplos esclarecedores, pois os já citados não deixam margem a dúvidas. O que é necessário e urgente é avançar na reflexão, debater e abrir a possibilidade de tomar uma posição a respeito da CUT.

Para onde vai o ANDES-SN?

Uma pergunta óbvia e preliminar se impõe: neste momento, devemos fazer de conta que nada está acontecendo e que a CUT ainda é uma Central que representa o ANDES-SN e a nossa categoria? Acreditamos que não, como mostramos ao longo do texto.

Além da reorientação progressiva

da CUT para uma linha à direita e sua transformação em braço sindical do governo, a reação dos servidores aponta também de forma clara qual o caminho a tomar, isto é, um caminho diferente da CUT. Na realidade, seria muito mais uma explicitação do que já vem ocorrendo a algum tempo e agravada com o governo Lula do que uma mudança de concepção do ANDES-SN. Não foi o nosso sindicato que mudou de caminho, mas a CUT que escolheu o caminho da direita e do papel de braço sindical do governo Lula. Não deixaria de ser, no mínimo estranho, que nosso sindicato esteja em confronto direto com as políticas deste governo e estejamos filiados a uma Central que representa, exatamente, o mesmo governo.

Reconhecemos como justas e

bem intencionadas algumas preocupações, tais como: não cairíamos no isolamento ao sairmos da CUT? Não seria melhor continuar lutando por dentro para mudar? Iríamos para onde, se sairmos da Central?

Em primeiro lugar, e como foi demonstrado no texto, como regra, fomos, estamos e ficaremos mais isolados ainda dentro da CUT, a não ser que renunciemos a nossa trajetória de lutas, nossos princípios norteadores de ação e passemos, dentre outras coisas, a funcionar também como braço sindical do neoliberalismo. Então, como sustentar a tese de que é necessário continuar na CUT visando o resgate de sua origem? Aliás, manter a ilusão quanto a possibilidade de, por dentro, reorientar a CUT, já se mostrou ineficaz e

inviável. Principalmente neste momento, em que as posições da Central ficam cada vez mais cristalizadas e ela tem o apoio político e material do governo.

Em segundo lugar, se em relação a política de finanças da CUT, aprovada na 7ª Plenária Nacional, o ANDES-SN a rejeitou categoricamente, pois implicava na nossa aceitação/incorporação do sindicalismo de estrutura vertical. O que justifica a permanência do ANDES-SN em uma Central que rompe com o sindicalismo de base, classista, autônomo e combativo optando por ser braço do governo em uma política de colaboração de classes? Finalmente, se em relação a sistemática de contribuição para a CUT o ANDES-SN assumiu inclusive a inadimplência para não abdicar do conceito de organização sin-

dical que a categoria optou, por que vamos continuar contribuindo na sustentação financeira da CUT?

Em síntese, após essa longa jornada de luta no interior da Central e onde, à medida que o tempo passa, as forças que continuam defendendo a concepção sindical que originou a CUT tornam-se, a cada passo, cada vez menores, ainda é possível continuar lutando no interior da Central? Ou é apenas perda de tempo e um jogo de aparências acreditar na possibilidade de resgatar a CUT?

Finalmente, para onde iremos? Continuaremos nossa luta, como sempre fizemos, procuraremos ou mesmo criaremos outras alternativas no processo, pois, como diz **OPERA**, *por ali não irei mais*".

CONTRA A DESFILIAÇÃO - TEXTO 44:

ANEXO DO CADERNO DE TEXTOS DO 23º CONGRESSO DO ANDES, BAHIA, 4 A 9 DE MARÇO DE 2004.

Contribuição dos professores Joacir Teixeira de Melo, Juanito Alexandre Vieira, Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Girlene Alves Silva, Álvaro de Azeredo Quelhas, Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Dalmer Pacheco de Almeida - sindicalizados da APES-JF SSind.

DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Texto de Apoio

O 23º Congresso do Andes-SN se instala num momento de grave crise no país. 53 milhões de trabalhadores, de sem terra e de jovens votaram no candidato do PT com a esperança de mudar a política de FHC/FMI que destrói os direitos dos trabalhadores e a própria nação.

Com certeza, a votação em Lula não ocorreu para vermos o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, afirmar que a proposta de assentar 1 milhão de sem terras não será possível. Os milhares que votaram em Lula não o fizeram, também, para aprovar uma Reforma da Previdência que retira direitos dos trabalhadores. Não votaram pela aprovação de uma falsa "ALCA LIGHT" em 2005 ou, muito menos, pela renovação do acordo com o FMI.

O agravamento da crise econômica, expressa no aumento do desemprego, na precarização das condições de trabalho, nos conflitos no campo, no aumento do superávit fiscal, nas altas taxas de juros e na greve unificada dos servidores públicos do ano passado, demonstra a necessidade de mudança na política desenvolvida pelo governo federal.

Nessa conjuntura contraditória, na qual temos um governo eleito com um mandato concedido pelas urnas para romper com a política de submissão ao capital internacional

e que hoje desenvolve essa mesma política, é que devemos discutir nossas estratégias de luta. Para fazer essa discussão temos que, obrigatoriamente, reafirmar o papel da CUT como central sindical constituída a partir da necessidade de organizar, de forma independente, as lutas dos trabalhadores no Brasil.

A posição histórica de autonomia e independência do ANDES-SN, que foi reafirmada na última campanha para Presidente da República, nos credencia para uma avaliação mais serena e coerente da nossa relação com a CUT. Pela defesa da organização dos trabalhadores, independente de partidos e governos, temos todas as condições de fazer o debate sobre a relação da CUT com o governo, qualquer que seja a avaliação sobre o mesmo.

A constituição da CUT, no início dos anos 80, reafirma a necessidade de um sindicalismo de caráter classista, autônomo e democrático. De acordo com o seu próprio Estatuto, a CUT:

"defende que os trabalhadores se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devem decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos con-

sagrados nas convenções 87 e 151 da OIT no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os trabalhadores brasileiros" (ESTATUTO DA CUT, 1983).

Num cenário mundial em que as tentativas de destruição das organizações dos trabalhadores é alvo daqueles que, em nome de uma "face humana" à globalização fazem de tudo para atacar a independência dos sindicatos em prol de uma sociedade civil que nega as contradições entre o Capital e o Trabalho é que devemos reafirmar a cada momento a luta pela independência da CUT e de todas as organizações construídas pelos trabalhadores como instrumento de luta contra o imperialismo.

Ao longo desses anos a CUT se tornou a maior central sindical da América Latina e uma das maiores do mundo. A despeito de percalços e contradições, essa trajetória só foi possível graças à manutenção dos seus princípios fundadores. A defesa da independência da CUT por todos os trabalhadores do país representa um importante instrumento de luta contra a política implementada pelo governo federal.

A luta em defesa da CUT como central sindical independente dos patrões e do governo se materializa hoje na necessidade de revogar a posição adotada, por maioria, na sua Executiva Nacional, de apoio à

proposta de Reforma Sindical apresentada pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que prevê:

1. O fim da soberania das assembleias de base dos sindicatos para negociar e fechar acordos.
2. A transferência para as direções das centrais sindicais da decisão sobre o reconhecimento ou não dos sindicatos. Vale ressaltar, ainda, que os critérios estabelecidos praticamente impedem a constituição de sindicatos sem o acordo da direção de uma central.
3. A greve passa a ser praticamente impedida e estabelece a obrigação de aceitar a decisão de um "árbitro" como decisão final sobre qualquer mobilização e reivindicação.
4. O fim do imposto sindical (que é 3,3% de um salário) mas cria uma taxa "negocial" que pode chegar a 12 ou 15% de um salário.
5. Que o "negociado passa a prevalecer sobre o legislado". Na prática, as negociações poderão estabelecer acordos inferiores aos direitos que já existem na lei. É a introdução do projeto Dornelles contra o qual a CUT já chamou uma Greve Geral.
6. Que os acordos feitos em "nível superior" determinarão que cláusulas poderão ser modificadas ou não, por negociações do "nível inferior". Ou seja, se a direção da central decidir, o sindicato de base não pode

modificar.

7. A manutenção do impeditivo para os servidores públicos assinarem acordos de negociação coletiva.

8. A recusa reiterada de negociação pode levar à cassação da entidade sindical.

Essa proposta apresentada pelo FNT pretende abrir as portas para a flexibilização ainda mais profunda, dos direitos dos trabalhadores no processo de discussão da reforma trabalhista. Essa posição adotada pela comissão executiva reafirma e atualiza uma importante discussão, realizada no último congresso da CUT, de que o FNT não é um espaço de negociação que possibilite a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas.

Entendemos que essas são razões mais do que suficientes para nos motivar para uma luta que nos possibilite enfrentar as contradições que hoje permeiam as decisões da maioria dos membros da direção majoritária da CUT. Não podemos fugir a essa responsabilidade. É nosso dever, como filiados à Central, criar condições possíveis de enfrentamento. Sabemos que o embate é difícil, mas nem por isso calaremos nossas vozes. Essa política adotada pela direção da CUT, de entrega de nossa central, certamente colaborará para que cada vez mais tenhamos mais fortes, e assim capazes de rumarmos em outra direção. Somente com a união da base é que seremos capazes de lutar por uma Central independente que seja verdadeiramente representativa da classe trabalhadora. Hoje somos um braço de resistência dentro da Central e, respaldados por princípios sindicais de luta em prol da classe trabalhadora, certamente reuniremos condições para aglutinar outras categorias em torno dessa luta, que será de todos.

O ataque à independência da CUT beneficia os interesses daqueles que em nome do capital atacam os direitos dos trabalhadores. A política desenvolvida pela direção majoritária da CUT representa um ataque

aos princípios de liberdade sindical, nos quais se fundamenta a central. Frente a esse risco é que devemos reforçar a luta em defesa da independência da central, que se traduz nesse momento na exigência da revogação do apoio à proposta de Reforma Sindical, aprovada por maioria na executiva nacional da CUT. A divisão da CUT não interessa à classe trabalhadora, pois no momento em que vivemos a classe necessita de suas organizações para combater pela manutenção e ampliação de direitos. A posição de desfiliação da CUT, defendida por alguns companheiros, não resolve o problema da classe trabalhadora brasileira, pois é no quadro da CUT que está a vanguarda da classe e é nesse espaço que devemos lutar contra a política desenvolvida pelo governo Lula.

Estamos certos de que a defesa da CUT, materializada na luta pela preservação de sua independência, é fator essencial para o movimento operário brasileiro e mundial. São nos espaços da CUT que se encontram os setores mais organizados e combativos da classe operária brasileira, que vêem na central um instrumento de luta contra a opressão do capital. São com esses setores que devemos dialogar sobre a situação do país e, em particular, da nossa central.

Não é olharmos para o futuro somente e esperar derrotas desse governo para então sermos reconhecidos. Temos que nos preocupar, agora, com a nossa capacidade de mobilização em defesa da educação para todos, do serviço público de qualidade e da dignidade da classe trabalhadora.

Para isso, a manutenção da filiação do ANDES-SN à CUT é premissa para unificarmos as lutas com todas as categorias que almejam acabar com a exploração do Capital sobre o Trabalho. O ANDES-SN deve assumir um papel de destaque na defesa da independência da CUT e da manutenção dos princípios estatutários que levaram à sua constituição.

ANDES-SN & CUT: CONFLITUOSA RELAÇÃO

UM DOS ASSUNTOS A SER DISCUTIDO NA PRÓXIMA ASSEMBLÉIA DE DOCENTES DA ADUR-RJ É A DESFILIAÇÃO DO ANDES-SN DA CUT. PARA SUBSIDIAR O DEBATE NESTA ASSEMBLÉIA DA CATEGORIA E COMO CONTRIBUIÇÃO ÀS DISCUSSÕES QUE ESTARÃO EM CURSO NO PRÓXIMO CONGRESSO DO ANDES, ADUR INFORMA PÚBLICA O TEXTO ABAIXO, DE AUTORIA DO PROF. LUIS MAURO S. MAGALHÃES:

ficar ou sair da CUT

UMA QUESTÃO QUE VAI ALÉM DA CRÍTICA À SUA DIREÇÃO

A questão da CUT hoje não deveria ser vista apenas com relação à orientação política que é adotada pela sua diretoria. Mesmo estando de acordo com todas as críticas que são feitas àquela direção, não poderíamos deixar de levantar um outro debate, que nos parece importante para este momento. Importante porque, além de pesar na nossa decisão a respeito da permanência ou não na Central, poderá apontar para os desdobramentos que queremos adotar, em consequência de nossa decisão

Os princípios que fundaram a CUT, em 1983, baseados no sindicalismo classista, autônomo, democrático, construído pela base e combativo não são mais identificados nas ações da Central. O sindicalismo de resultados, "chapa branca", de cúpula e oportunista foi ocupando espaço e tenta avançar cada vez mais. O peleguismo descarado tenta quebrar as entidades que se mantiveram fiéis às suas bandeiras e às suas práticas.

Em horas como esta, a ansiedade por respostas e pela escolha do melhor caminho não deve atrapalhar na identificação das perguntas que devem ser feitas. E a primeira se refere à abrangência que devemos dar ao problema: A questão de continuar na Central ou de se desfiliar está restrita apenas à orientação política que vem sendo adotada pela sua Direção?

Uma resposta positiva levaria o presente debate para o embate entre ficar e disputar os projetos dentro da CUT ou caminhar para a desfiliação e posterior criação de uma nova Central com aqueles princípios renovados. No entanto, acreditamos que este caminho não dá conta de todo o problema. O debate sobre esta questão não pode deixar de lado a estrutura organizativa da CUT, sua construção ao longo das últimas décadas e as relações entre esta estrutura e os encaminhamentos que esta Central tem adotado.

Entendemos que esta estrutura foi constituída de acordo com a dinâmica das forças políticas que a integraram, e que ela na verdade expressa a concepção do grupo que teve o controle hegemônico, ao longo destes anos. No entanto, sem perder a perspectiva destas relações, a crítica a esta estrutura é importante, de modo a que não voltemos a repetir alguns erros. Foi na construção desta organização que se confirmaram ou não os discursos, onde se reafirmaram ou não os princípios e onde apareceram os seus resultados concretos. Este aprendizado é muito importante para as nossas decisões.

Mesmo não estando isolada de todo o processo, sabemos que a estrutura de uma organização sindical ou intersindical pode fazer a diferença, em momentos políticos importantes. O ANDES-SN tem uma discussão profícua sobre isto e o seu "desenho" foi capaz de resistir aos ataques de grupos ligados aos que hoje dirigem e levam a CUT na contramão de seus princípios.

Porque sair da CUT?

Uma leitura sobre a história da CUT e suas ações ressalta alguns pontos. O primeiro é de que as inflexões ocorridas na Central, principalmente a partir do 3º Congresso Nacional da CUT (CONCUT de 1988), de Belo Horizonte, foram sempre combatidas.

Diversas entidades, e em particular o ANDES-SN, buscaram resgatar os princípios de sua fundação e encontraram sempre, além do embate político, mecanismos que trabalhavam contra as entidades que se contrapunham à Direção central. A tentativa de fortalecimento do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE) se confrontou com uma articulação para o seu esvaziamento. A Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CNESF) foi boicotada e a desconsideração da CUT para com as lutas dos servidores foi reafirmada diversas vezes. Ou seja, buscar reverter o papel na CUT é o que tem sido feito, nos fóruns e nos espaços em que isto foi possível. Os resultados de todo este esforço podem ser avaliados hoje.

As dificuldades sempre encontradas remetem para um segundo aspecto, e achamos que este deve ser melhor debatido. As ações ligadas à estrutura organizativa e às suas mudanças consolidaram e pavimentaram as inflexões tomadas pela direção da Central. Hoje, elas praticamente inviabilizam a atuação de correntes contrárias e perpetuam, na prática, o grupo hegemônico, atualmente no

ANDES-SN IRÁ DISCUTIR A DESFILIAÇÃO DA CUT NO PRÓXIMO CONGRESSO

UM DOS ENCAMINHAMENTOS DO 49º CONAD FOI DISCUTIR A POSSIBILIDADE DO ANDES-SN DESFILIA-SE DA CUT, O QUE SERÁ DELIBERADO PELO SINDICATO NACIONAL NO PRÓXIMO CONGRESSO. VEJA OS TEXTOS SOBRE O ASSUNTO NESTA EDIÇÃO E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA ADUR (WWW.ADUR-RJ.ORG.BR), INFORME-SE E OPINE SOBRE ISTO.

poder. Reconhecendo isto, devemos incluir esta questão organizativa não só no debate de desfiliação, como também nos seus possíveis desdobramentos.

A Central Única dos Trabalhadores foi criada em 1983 e tinha em seu estatuto, como princípio fundamental, a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses dos trabalhadores brasileiros, bem como do povo explorado. A CUT estabelecia como tarefa "avancar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais (explorados e exploradores), lutando por sua independência econômica, política e organizativa".

Naquele momento estabelecia mecanismos de representação e de instâncias deliberativas em três níveis - o regional, estadual e nacional. Em todos eles a instância máxima era o congresso, reunido anualmente nos dois primeiros níveis e a cada dois anos no nível nacional, tendo como tarefas a análise das questões relativas ao movimento, aprovar o Plano Lutas e eleger os representantes para as instâncias de caráter executivo - as plenárias, direções, executivas e coordenação nacional. A escolha de delegados era definida expressamente e deveria se dar através de assembleias amplamente convocadas. O estatuto previa a representatividade de cada entidade nos congressos, proporcional ao número de filiados.

Em 1988, ou seja, apenas cinco anos depois, no CONCUR de Belo Horizonte, começa uma série de alterações e inflexões a estes princípios, refletindo em mudanças em sua estrutura.

Hoje, após estas inflexões, a CUT se organiza em uma estrutura vertical e outra horizontal. A primeira, incluída em 1989, vai das entidades sindicais de base às federações e confederações estaduais e nacionais. A horizontal passou a ter apenas os níveis estadual e nacional. O nível regional passou a ser estabelecido de cima para baixo ("é competência das estaduais da CUT, nos seus respectivos congressos e demais instâncias deliberar sobre constituição, a política e estratégia de regionalização da CUT...").

Tomando como foco os mecanismos de representação e de instâncias deliberativas de sua fundação, se percebe hoje uma mudança significativa e que passou a trabalhar cada vez mais para o quadro que temos hoje. A instância que convoca o Congresso Estadual é que define o número básico de delegados participantes; a Plenária Nacional que antecede a realização do Congresso Nacional deliberará sobre os critérios de eleição dos delegados. O congresso, a plenária ou as direções estaduais convocam seus respectivos congressos de acordo com as necessidades e especificidades de cada Estado. A exceção fica por conta

do período antecedente à realização do Congresso Nacional da CUT, quando a convocação deverá estar de acordo com a pauta e o calendário estabelecido pela Direção Nacional da CUT. O Congresso Nacional passou a ser realizado a cada 3 anos. As federações e confederações têm representantes nestes Congressos. E por aí vai.

Em 2003, portanto com vinte anos de idade, a direção da CUT perde a vergonha de vez e defende descaradamente o governo e suas políticas de suspensão de direitos dos trabalhadores. Ela adota bandeiras do "sindicalismo de resultados", defende uma reforma sindical que verticaliza ainda mais a representatividade e os mecanismos de decisão e se expressa claramente contra os sindicatos classistas e combativos. Que espaços e que mecanismos existem hoje para a defesa destes sindicatos, na estrutura descrita?

Portanto, a questão organizativa deve também nortear a nossa decisão de permanecer ou não na Central, e deverá ser fundamental caso deliberemos pela saída. O aprendizado dos últimos vinte anos não pode ser desperdiçado e por isso é tão importante aprofundar esta reflexão.

Considerando todos estes aspectos e retomando a pergunta feita, achamos que o ANDES-SN deve sim se desfiliar da CUT. Mas esta decisão não deve se restringir à crítica de sua Direção, que adota posições contrárias às necessidades e aos interesses dos trabalhadores e demais movimentos sociais e vem rompendo com os princípios que nortearam a sua fundação. Não devemos sair exclusivamente pelas barbaridades cometidas pelo grupo que a controla. Se a discussão se restringisse aos equívocos daquele grupo talvez a posição correta fosse permanecer na Central e buscar forças para a oposição política, o convencimento e a mudança na sua Direção. Os embates nos últimos anos dentro da Central e seus resultados mostram que temos que ir além.

Devemos nos desfiliar da CUT também pela estrutura organizativa verticalizada e burocratizada que foi construída. Uma estrutura que acabou levando à prática do cupulismo, das decisões de cima para baixo, de ações que desrespeitam as suas bases e do autoritarismo. Uma estrutura que acabou se constituindo em fortificações que perpetuam a hegemonia instalada e inviabiliza as ações das oposições. Devemos nos desfiliar por não concordarmos com os rumos desta construção, conforme temos expressado em diversos Congressos e CONADS nos últimos anos. Devemos nos desfiliar porque queremos um outro tipo de construção.

Para onde vamos?

Mesmo não estando na pauta, os desdobramentos desta decisão devem começar a serem questionados. E para caminhar nesta discussão talvez valesse mais uma vez eleger algumas perguntas: Se for esta a decisão, que passos devemos e podemos dar após a desfiliação da CUT?

Se buscamos a aglutinação de forças e uma organização dos trabalhadores e dos demais movimentos sociais em instrumentos cada vez mais fortes e abrangentes, qual o caminho a seguir? Se temos acordo com respeito aos princípios que devem nortear esta organização (os mesmos da fundação da CUT), qual a melhor alternativa para este novo passo?

Sabemos que nosso Sindicato tem como prática o respeito às discussões e deliberações da base, bem como ao tempo do Movimento. Assim, caso a deliberação seja pela desfiliação o primeiro passo é de aprofundar o debate, de forma a que todas as alternativas possam ser apreciadas. Entendemos que o limite do 24º Congresso é o de deliberar sobre a desfiliação e, caso positivo, remeter para as bases uma discussão acerca do caminho a seguir.

No entanto, alguns pontos já poderiam ser indicados para esta reflexão.

Não sabemos com total segurança o que fazer para evitar novos erros, mas temos fortes indicações do que não fazer. A construção de uma nova Central, com a estrutura organizacional da CUT não funcionou e cabe aprender com isto. Não podemos cair novamente em erros que levem ao oportunismo, autoritarismo, burocratização e golpes de cúpula. Temos que buscar fórmulas que resistam ao aparelhismo - não queremos trocar uma hegemonia antidemocrática por outra. Que esta nova organização, além de ser autônoma, e preservados os princípios que a distinguem, respeite a autonomia dos movimentos que a integrem. Que a sua construção seja democrática, pela base e que suas deliberações sejam mantidas desta forma. Esta organização deve ter uma estrutura horizontal, onde o rodízio dos trabalhos e a busca de consenso sejam práticas correntes. Esta organização não pode estar submetida à regulamentação do Estado; deve ser radicalmente autônoma e independente, como forma preventiva a qualquer tipo de intervenção e/ou manipulação. Esta é a hora de, a partir da nossa prática, buscar um desenho inovador e que responda a estas questões. (Nunca é demais lembrar que o ANDES-SN e a CUT foram construídos fora da regulamentação do Estado). Esta organização deve ser construída na luta, deve ter a dinâmica necessária para dar resposta às demandas do movimento e não se perpetuar em cargos burocráticos.

Vale lembrar de um instrumento que foi construído e que, não à toa,

virou um dos principais alvos do governo atual - a CNESF. Uma articulação entre sindicatos, construída na luta, que, apesar de todos os percalços, resistiu e até avançou um período tão difícil como o da última década. Fora da regulamentação do Estado, horizontal, combativa e que tem sido ferozmente atacada pelos prepostos governamentais, dentro e fora do sindicato.

Neste sentido, como ver a nossa participação na CONLUTAS? Ela já passa a ser uma alternativa?

A CONLUTAS hoje se constitui num dos pólos de resistência aos ataques que trabalhadores e movimentos sindicais têm sofrido no Brasil. O seu papel de congregar as entidades que se mantêm na trincheira contra o neoliberalismo é inegável. O ANDES-SN tem participado das ações catalisadas por aquela Coordenação e estas se constituíram, no ano de 2004, na principal reação das entidades mais combativas, no campo sindical.

No entanto, a CONLUTAS não pode ser vista já como o caminho, como a organização alternativa para o encaminhamento das lutas, caso deliberemos pela desfiliação.

Esta Coordenação funciona hoje com uma estrutura horizontal, através de deliberações consensuais, aplicando o rodízio de tarefas e responsabilidades e desta maneira tem servido à premência de ações imediatas e de resistência, principalmente no que se refere às famigeradas reformas do Governo. No entanto, estamos ainda longe de uma discussão acumulada o suficiente, para adotá-la como entidade permanente e para ingressar, de forma orgânica, em sua estrutura.

Devemos continuar a engrossar a luta conduzida pela CONLUTAS, principalmente na sua resistência às reformas. Mas antes de aderir a qualquer outra organização precisamos discutir e deliberar, na base do Sindicato, o que fazer. Precisamos, além disto avançar muito mais no debate da questão organizativa, de forma fraterna e aprofundada, com todas as forças que se dispõem a esta realização.

Um novo passo, uma nova forma de luta e novos instrumentos deverão ser construídos na dinâmica e no tempo do Movimento; seria impossível prever o seu resultado final. Mas achamos que está na hora de avançarmos para a construção de entidades menos vulneráveis ao oportunismo e que permitam a formação de organizações sindicais combativas e inovadoras.

Texto Resolução:

O 24º CONGRESSO DECIDE PELA DESFILIAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES;
O 24º CONGRESSO REMETE PARA AS AD'S O DEBATE SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DESTA DESFILIAÇÃO, AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS INSTRUMENTOS DE LUTA.

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ

GID

A ADUR-RJ encaminhou um ofício à Reitoria, solicitando que esta determine a revisão dos valores pagos, com juros e correção monetária, em relação à GID (Gratificação de Incentivo à Docência), "desde a data em que foi implantada até a primeira revisão realizada, segundo as normas vigentes".

Neste mesmo ofício, a ADUR-RJ anexou a listagem nominal dos docentes filiados à entidade, na ocasião em que a GID foi instituída.

CONTRACHEQUE

Solicitamos que os docentes confirmem os valores lançados em seus contracheques de dezembro, pois foram verificados descontos indevidos em alguns casos.

GED

Conforme divulgado na página eletrônica do ANDES-SN, a Lei nº 11.087/05, que institui a GED, foi publicada no Diário Oficial da União do último dia 5 de janeiro. A íntegra do texto está disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11087.htm

JORNAL CRITICA RESULTADO DO PROUNI

O Brasil é mesmo o país dos paradoxos. Tem estrutura universitária de grande porte, mas é carente em conhecimento, com boa parcela de sua população mergulhada no atraso educacional ou no analfabetismo pleno. Elege um governo com o foco de sua gestão voltada para o social e que busca instituir metas para levar benefícios à massa excluída. Mas esta, por sua vez, não consegue dar resposta aos apelos governamentais. O Programa Universidade para Todos (ProUni) é um bom exemplo: sobram 16 mil vagas para estudantes carentes em faculdades privadas incluídas no projeto, sendo 10 mil bolsas parciais e 6 mil integrais.

Dos quase 400 mil estudantes inscritos nas duas fases do programa, apenas 96 mil atenderam a todas as exigências.

Problema da educação no País é a má qualidade do ensino nos níveis de primeiro e segundo graus.

O presidente Lula sancionou sem veto o projeto de lei do ProUni. O Congresso aprovou a proposta depois de alterar o texto de medida provisória enviada pelo Executivo. Uma das modificações reduziu o número de vagas do programa de 10% para 8,5% da receita das instituições privadas de ensino. "Qualquer ajuste será feito num processo de negociação", informa o ministro da Educação, Tarso Genro.

Ele já adiantou que haverá uma terceira chance. "Vamos fazer um esforço para absorver todas as 112 mil vagas do projeto", explicando que o critério de seleção foi a nota obtida pelos concorrentes no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Para o curso de medicina, por exemplo, o aluno concorrente tinha de apresentar rendimento mínimo de 70% no Enem.

Mas é aí que reside o problema da educação no País: a má qualidade do ensino de 1º e 2º graus. Chegar ao 3º é um desafio da maioria dos concorrentes às bolsas do ProUni. A maior dificuldade de preenchimento de vagas ocorreu com as reservadas a estudantes negros e índios - cerca de 50% não foram aproveitadas.

O ministro, no entanto, descarta diminuir o percentual de rendimento exigido dos concorrentes no Enem.

Que esse processo de seleção de candidatos às vagas oferecidas pelo ProUni sirva de alerta para o governo federal refletir e, a partir de agora, realizar esforços com estados e municípios para melhorar as condições de ensino nas escolas públicas e fiscalizar com rigor o quê e como se ensina nas escolas privadas do País. Sem isso, o preenchimento de todas as vagas disponibilizadas pelo programa se tornará uma e calcitrante frustração para o governo petista.

Fonte: Editorial do *Estado de Minas* de 9 de janeiro de 2005.

SETOR DAS IPES DELIBERA SOBRE CAMPANHA SALARIAL

Representantes das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES) reuniram-se em Salvador, na sede da ADUCSAL (Associação dos Docentes da Universidade Católica de Salvador), nos últimos dias 10, 11 e 12 de dezembro, para definir a política de expansão do Setor das IPES, a campanha salarial de 2005, e um plano de lutas da categoria.

A reunião do setor das IPES contou ainda com a participação de Antonio de Pádua Bosi, tesoureiro do ANDES-SN, e Moacir Matheus Pereira, advogado que presta atendimento à ADUNIMEP. Ambos discutiram as implicações das reformas sindical e trabalhista propostas pelo Governo Lula para o setor das IPES.

As demissões arbitrárias têm sido o principal entrave para a mobilização da categoria, já que ameaçam a organização dos docentes das instituições particulares. Várias denúncias de irregularidades em universidades particulares, sobretudo no que se refere às condições de trabalho dos docentes, já foram encaminhadas ao Ministério da Educação, mas até o presente momento, o MEC não se pronunciou sobre o assunto. Uma das instituições denunciadas, inclusive, conseguiu autorização para abrir um novo curso de graduação na área de Ciências Humanas e Sociais.

Sendo assim, os participantes foram unânimes ao afirmar que há que se solicitar, urgentemente, uma audiência com os Ministros da Educação e do Trabalho para tratar do setor das IPES. Foi sugerido, inclusive, que as questões das IPES sejam tratadas nas audiências do ANDES-SN com o MEC. Os representantes das IPES também propuseram que a temática do 50º CONAD esteja vinculada ao setor.

Como estratégia de divulgação das propostas do setor das IPES, os presentes concordaram em elaborar informativos sobre a campanha salarial de 2005, bem como um caderno de denúncias sobre as mantenedoras, até o 24º Congresso do ANDES-SN. A intenção do grupo é intensificar esforços na divulgação da campanha salarial de 2005, já que pretende lançá-la nacionalmente em março deste ano, tendo Salvador como sede dos trabalhos.

Para ampliar ainda mais o debate sobre as dificuldades encontradas pelo movimento sindical em instituições particulares, o grupo solicitou que as IPES fossem o tema de um número da revista *Universidade e Sociedade*. Também acordaram que em cada número da revista deverá constar uma reflexão de representantes do setor das IPES.

Quanto aos assuntos jurídicos, foi deliberada a montagem e distribuição do Manual do Jurídico para as IPES - proposta que já havia sido considerada no Encontro do Coletivo Jurídico. O principal encaminhamento, contudo, consiste na realização de um levantamento sobre as principais questões jurídicas existentes em cada secretaria regional, bem como das ações judiciais pendentes nas IPES. Entre outros encaminhamentos, os presentes também decidiram "impetrar ação judicial, pedindo urgência no julgamento do registro sindical".

No que se refere ao trabalho das IPES nas secretarias regionais, deliberou-se pela realização de um levantamento sobre a situação de cada instituição filiada ao setor, principalmente em relação ao atraso de pagamento dos docentes, processos em negociação existente e irregularidades trabalhistas. Os participantes também decidiram pelo levantamento de dados-base para negociação salarial e pela realização de assembleias preparatórias para o Encontro Nacional de Docentes das IPES a ser realizado em Salvador, no primeiro semestre deste ano.

Outro encaminhamento desta reunião foi a elaboração de um plano de trabalho para a construção de uma "multiinstitucional" por regional, para favorecer a expansão do Sindicato. Os presentes concordaram em solicitar a indicação de um diretor por regional responsável pelo setor das IPES, que deverá participar das atividades e articulações do setor. Discutiu-se, inclusive, a necessidade de um encontro de diretores regionais da IPES, antecedendo a reunião do setor.



Charge: ANDES-SN. Autor: Ricardo Borges

ENXOVAL DE LUXO

José Alencar (PL), nosso Vice-presidente, aproveitou o fim de ano para renovar os acessórios de cama, mesa e banho do Palácio do Jaburu, onde vive com a esposa, Mariza, em Brasília. A renovação do enxoval da Vice-presidência vai custar aos cofres públicos mais de R\$80 mil.

Entre os itens estão 30 toalhas - uma delas, sob a justificativa de ser "100% linho", custou a "bagatela" de R\$3.200 -, 400 guardanapos, 50 jogos americanos de linho, 164 taças de cristal, sete ventiladores e 100 distintivos da Presidência da República.

Ah, a manutenção das duas piscinas do Palácio do Jaburu também entrou na conta: R\$10 mil ao ano.

Fonte: Revista Época, semana de 3 de janeiro de 2005.

CORRUPÇÃO AMEAÇA FOME ZERO

De acordo com a revista semanal Época, de 3 de janeiro de 2005, o Relatório da Controladoria-Geral da União mostrou que a cidade escolhida pelo governo Lula da Silva como símbolo do programa Fome Zero é palco de irregularidades.

Com o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, muitos dos habitantes de Guaribas não foram cadastrados nos programas sociais de combate à fome e nem sequer viram a cor do dinheiro que deveria levar água à região. Mais da metade da verba destinada pelo Governo Federal não foi aplicada.

A prefeita Elienes Francisca dos Anjos (PT) diz que isso é problema da gestão anterior, de Reginaldo Correia da Silva (sem partido).

Fonte: Revista Época, semana de 3 de janeiro de 2005.

ANDES-SN TEM AUDIÊNCIA COM MINISTRO TARSO GENRO

Fotos: ANDES-SN

No último dia 21 de dezembro, a Diretoria do ANDES-SN reuniu-se com o ministro da Educação, Tarso Genro, para debater sobre a situação salarial e as condições de trabalho dos docentes, Reforma Universitária e o projeto para as universidades brasileiras.

De acordo com nota divulgada na página do ANDES-SN, a presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa Pinto, questionou ao Ministro sobre a participação do PROIFES na composição do Grupo de Trabalho, a ser instalado no MEC. Com a finalidade de apresentar propostas sobre a estrutura salarial dos docentes, o sistema de avaliação que substitui a GED e a paridade entre ativos e aposentados, o GT será constituído pelo ANDES-SN, MEC, ANDIFES, SBPC e o PROIFES.

Segundo a mesma nota, Tarso Genro afirmou que a inclusão do PROIFES no Grupo de Trabalho foi uma opção política do Ministério. Neste momento, a Marina Pinto, ressaltou que o ANDES-SN distingue-se do PROIFES por sua legitimidade e representatividade, consolidadas em mais de 20 anos de história. Paulo Rizzo, primeiro Vice-presidente da entidade, reafirmou o que dissera a presidente do Sindicato Nacional. Para ele, "parece que criaram uma outra entidade porque não havia espaço no ANDES-SN para divergências. Nós não excluimos aqueles que tenham divergências, somos pela liberdade e democracia, mas no caminho da unidade sindical".

Na ocasião, a Diretoria do ANDES-SN entregou ao ministro dois documentos nos quais há a reafirmação da "necessidade de incorporação da GED, sua extinção para restabelecer autonomia e a paridade e abrir negociações verdadeiras para implementar a carreira única", assim como a reivindicação "de uma agenda que garanta a educação superior pública e gratuita como direito universal e um processo de negociação amplo, democrático e objetivo".

Jairo Jorge - Secretário Executivo do MEC - disse que o Ministério da Educação pode criar uma nova gratificação fixa para substituir a GED, em 2005. Para ele, esta medida pode criar condições para a pa-



ridade entre aposentados e ativos. Porém, ele questionou ao ANDES-SN se haveria estímulo à docência.

A Presidente do ANDES-SN ressaltou que se os docentes tiverem boas condições salariais e materiais, não haverá necessidade de estímulo à docência, que pode "esconder um caráter punitivo".

O Ministro da Educação disse que reconhece que as demandas do ANDES-SN são históricas, e que sabe do compromisso que têm com as reivindicações do Sindicato Nacional. Contudo, afirmou que o MEC é apenas um mediador entre o ANDES-SN e os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, estando subordinado a eles.

Durante a reunião, presidente do ANDES-SN também cobrou ao Ministro o restabelecimento das mesas nacional e setorial de negociações, assim como criticou a data limite determinada pelo MEC para que as entidades apresentem propostas ao Anteprojeto de Educação Superior. Para o secretário-geral do ANDES, Márcio Oliveira, 15 de fevereiro é um péssimo prazo, porque as universidades estarão em férias.

Para a presidente do ANDES-SN, o Anteprojeto de Educação Superior deve ser discutido no âmbito das implementações do ProUni e do SINAES. De acordo com a nota divulgada pelo Sindicato Nacional, o Ministro Tarso Genro afirmou que todas as iniciativas do governo podem ser revistas, em breve.

Reivindicações dos docentes em pauta: GT define metodologia de ação

Após a audiência do ANDES-SN com o Ministro da Educação, foram abertos os trabalhos do GT que debaterá a estrutura salarial dos docentes.

Criado para discutir as reivindicações dos professores das universidades federais, o Grupo de Trabalho, em reunião em Brasília no último dia 21 de dezembro, definiu sua metodologia de ação. Representantes do MEC, ANDES-SN, ANDIFES, SBPC e PROIFES participaram deste encontro, onde se determinou que a partir de 16 de fevereiro, realizar-se-ão três reuniões mensais. Cabe ao GT, principalmente, elaborar o novo sistema de avaliação que substituirá a GED.

Segundo nota divulgada pela repórter Ivone Belém na página do MEC, Tarso Genro novamente afirmou que o Ministério da Educação simpatiza com a proposta salarial feita pelos docentes, mas que é apenas um mediador entre o Sindicato da categoria e o Ministério do Planejamento.

Para a presidente do Sindicato Nacional é possível encontrar um denominador comum, já que o GT tem condições de firmar um acordo entre as partes. Contudo, Marina Barbosa Pinto lembrou que "o ANDES-SN defenderá radicalmente a isonomia, a paridade e o fim da gratificação produtivista", disse.

DOCUMENTO ENTREGUE PELA DIRETORIA DO ANDES-SN AO MINISTRO TARSO GENRO:

MESA SETORIAL: INCORPORAR A GED E EXTINGUI-LA PARA RESTABELECEER A ISONOMIA E A PARIDADE E ABRIR NEGOCIAÇÕES VERDADEIRAS PARA IMPLEMENTAR A CARREIRA ÚNICA

Desde Collor de Mello, no início da década de 90, a universidade pública vem sendo pressionada a se "modernizar" para reduzir o hiato que separa esta instituição do mercado. No governo de Fernando Henrique Cardoso, com a colaboração de setores do movimento docente, então na diretoria do sindicato, foi iniciado em 1998 o pagamento por produtividade aos docentes universitários, quebrando a isonomia com os docentes da carreira de 1º e 2º graus e a paridade com os aposentados.

Foi o início de uma nova etapa para os docentes das instituições federais de ensino superior. A gratificação foi criada à revelia dos professores que em todas as assembleias gerais rejeitaram de modo categórico essa modalidade de avaliação produtivista. A luta da categoria tem sido pela extinção dessa gratificação que, além de desqualificar o trabalho acadêmico, quebra a paridade e a isonomia entre as carreiras existentes nas instituições de ensino superior. Um momento marcante dessa luta foi a Greve Nacional de 2001, que assegurou a reparação de parte das perdas salariais de modo isonômico e equiparou a GID à GED.

Em conformidade com as deliberações congressuais e com o trabalho desenvolvido pela gestão 2002-04, a atual Diretoria, ao tomar posse em junho de 2004, de imediato contactou o Ministério da Educação com o objetivo de discutir a pauta de reivindicações dos docentes. Embora a solicitação de audiência para discutir a situação salarial, as condições de trabalho (infra-estrutura, concursos etc.) e o projeto para as universidades brasileiras tenha sido reiterada em diversas oportunidades, somente após seis meses, o Ministro agendou a solicitação do ANDES-SN.

Cabe lembrar que todas as rei-

vindicações apresentadas ao Ministro correspondem às posições dos docentes aprovadas nos fóruns deliberativos do Sindicato (assembleias gerais, Congressos e CONADs).

Quanto ao sistema de avaliação do trabalho docente, o ANDES-SN tem posição firme contra a remuneração por produtividade, sustentando a especificidade do processo avaliativo, necessariamente regido por princípios acadêmicos e, portanto, antípoda do produtivismo antiacadêmico.

Faz parte do eixo de luta combater a diferenciação imposta entre os docentes aposentados e os em atividade e entre os docentes do 1º e 2º graus e os do 3º grau. A paridade e a isonomia são valores consolidados e inegociáveis para o ANDES-SN.

Em consonância com esses valores, o movimento aprovou em seus Congressos e Conads:

a) a incorporação, em seus valores máximos, da GID (atualmente GEAD) e da GED com suas imediatas extinções;

b) o restabelecimento da paridade entre docentes em atividade e aposentados e da isonomia entre os docentes das carreiras de 1º, 2º e 3º graus, e

c) a implementação do projeto de carreira única do Sindicato Nacional.

Apesar de os dirigentes do MEC terem se comprometido com a incorporação (negociada) da GED e da GID, o resultado do processo de revisão salarial foi radicalmente distinto: a GID foi extinta e substituída pela gratificação fixa GEAD, e houve avanços na carreira de 1º e 2º graus, porém a GED foi mantida.

Para a categoria, o restabelecimento da Mesa Setorial e da Mesa Nacional de



Negociação Permanente pode ser um caminho democrático e correto para discutir a situação salarial dos servidores públicos federais.

A Mesa de Negociação Nacional pode abrir um processo que culmine com uma política salarial que restabeleça a dignidade da remuneração dos servidores, compensando perdas pretéritas que levaram ao achatamento salarial e impedindo futuras perdas advindas da inflação. A Mesa Setorial pode ser um lócus fundamental para que as negociações em favor da incorporação e da extinção das gratificações possam chegar a bom termo e, ao mesmo tempo, para garantir uma negociação duradoura com o objetivo de avançar na implementação da proposta de carreira protocolada pelo ANDES-SN no MEC desde junho de 2000.

O pressuposto para uma negociação democrática é a adoção de procedimentos reconhecidos como legítimos e democráticos. É preciso:

a) haver respeito à autonomia do Movimento Docente que, em um quarto de século, forjou uma entidade nacional que hoje representa os professores do ensino superior do país que a ela se incorporaram de modo esclarecido e livre;

b) haver reconhecimento dos procedimentos de deliberação do Sindicato Nacional;

c) estabelecer em comum acordo um calendário factível que seja rigorosamente observado, e

d) garantir no orçamento do MEC recursos que assegurem o

cumprimento das metas acordadas.

Essas bases são uma conquista das lutas sociais de há mais de um século e hoje são adotadas pelos governos democráticos. Assim sendo, nossa expectativa é que o governo assumira a responsabilidade e o compromisso ético-político com o precioso patrimônio nacional que são as suas IFE. O ANDES-SN estará empenhado em viabilizá-lo, porém não transigirá em protegê-lo como um patrimônio de todos os que vivem do próprio trabalho.

Ao deliberar, no 49º CONAD, que a sua Diretoria deve participar da negociação setorial, a base reafirmou o seu apreço pela construção negociada de alternativas fecundas para a universidade. O MEC está com a palavra.

NA INTERNET:

O OUTRO DOCUMENTO ELABORADO PELO ANDES-SN E ENTREGUE AO MINISTRO TARSO GENRO PELA DIRETORIA DA ENTIDADE ESTÁ DISPONIBILIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO SINDICATO NACIONAL. O TÍTULO É: **"POR UMA AGENDA QUE GARANTA A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E GRATUITA COMO UM DIREITO UNIVERSAL E POR UM PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO AMPLO, DEMOCRÁTICO E OBJETIVO"**.
ACESSE: WWW.ANDES.ORG.BR

BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO DO REGISTRO SINDICAL DO ANDES-SN

Os fatos narrados nas linhas a seguir consistem no histórico dos desdobramentos administrativos e judiciais da pretensão do ANDES-SN em representar a totalidade dos docentes do ensino superior nas instituições públicas e privadas, desde a constituição do Sindicato Nacional, em 1988, até os dias atuais. **Reproduzimos trechos do documento encaminhado ao Diretor Jurídico do ANDES-SN pela Assessoria Jurídica Nacional.**

(...) Em 4.3.1990, a então Ministra do Trabalho, Dorotéia Werneck, deferiu o Pedido de Registro Sindical requerido pelo ANDES- Sindicato Nacional, cuja publicação no Diário Oficial da União ocorreu em 6.3.1990. A partir de então, a referida entidade passou a deter ampla personalidade jurídica e sindical para agir em defesa dos interesses da categoria dos docentes no ensino superior das instituições públicas e privadas.

Todavia, a criação do ANDES – SINDICATO NACIONAL foi exaustivamente contestada no âmbito administrativo e judicial, porquanto as demais entidades sindicais, à época existentes, não aceitaram a representatividade do novo sindicato criado. Assim, em 1989, por intermédio da Ação Ordinária nº 11.689/89, a **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNTEEC**, em conjunto com diversas Federações de trabalhadores em estabelecimentos de ensino, pleitearam, perante a 9ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, declaração de nulidade de registro do SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES, tendo o MM. Juiz daquela Vara, o hoje Desembargador GETÚLIO VARGAS DE OLIVEIRA, rejeitado o pedido daquelas entidades, em sentença proferida às fls. 648 e 654, em 7 de março de 1991, cujos fundamentos adotados foram os seguintes:

"(...) Após o ingresso com pedido de declaração de nulidade de registro da Ré por violação à Carta Constitucional no que se refere à liberdade sindical, a Autora impetrou segurança junto ao STJ contra ato do Sr. Ministro do Trabalho que concedeu referido registro.

O Egrégio STJ apreciou a segurança e dispôs de forma definitiva sobre o mérito da questão, consoante se vê dos votos dos Excelentíssimos Senhores Ministros (fls. e fls).(...)

Todavia o que sobreleva é que apreciado o mérito por Corte Superior, defeso, por óbvio, é novo exame do merecimento, máxime por instância inferior. O decisório do STJ fez extinto o objeto da presente ação.

Declaro, pois, extinto o processo pela circunstância superveniente acima descrita.(...)"

Relativamente a tal processo, não houve recurso da r. decisão supracitada, **verificando-se o trânsito em julgado**, por via de consequência, sepultando a pretensão da citada Confederação, a qual por consequência se estende à todos os Sindicatos por ela representados.

O referido processo tramitou no Superior Tribunal de Justiça – REsp nº 61.378 DF, na 1ª Turma, tendo como Relator o **Exmº Sr. Ministro Garcia Vieira** – apenas em relação à matéria que diz respeito a honorários advocatícios e à reconvenção apresentada pelo réu. O mérito da ação, ou seja, o questionamento sobre a titularidade da representação, repita-se, transitou em julgado porquanto não houve a interposição de recurso.

Portanto, a suposta ilegitimidade do ANDES já foi apreciada pela MM. 9ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, oportunidade em que houve a manifestação não só da primeira instância da Justiça Comum, como também do Eg. **Superior Tribunal de Justiça**.

Paleamente, a mesma CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA (CNTEEC), juntamente com várias federações de trabalhadores em estabelecimento de ensinos, ingressaram com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça - MS nº 362-DF, com o fito de impugnar o registro do ANDES-SN no Ministério do Trabalho como entidade sindical representativa dos docentes das instituições de ensino superior, públicas e particulares (ANEXO II).

Tal intento não obteve êxito, sendo indeferido pela Eg. 1ª Seção do C. Superior Tribunal de Justiça, atuando como Relator o Exmo. Sr. Ministro PEDRO ACCIOLI, em Acórdão publicado no D.J. de 4 de fevereiro de 1991.

Posteriormente, a legitimidade do ANDES- SINDICATO NACIONAL foi questionada em diversas demandas judiciais promovidas por Sindicatos e Federações de Professores locais, com destaque para a Ação Ordinária nº 33.115/95 (SINPRO-SP x ANDES), ajuizada em 1995, Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica nº 15.593/97 (FENEN-MG X ANDES), ajuizada em 1997 e Ação Ordinária nº 2000.01.1.051409-6 (SINPRO-SP x ANDES), ajuizada em 2000, sendo que todos a totalidade das decisões proferidas nos referidos processos foram favoráveis ao ANDES- SINDICATO NACIONAL. (Vide Histórico de Ações em anexo.)

Não obstante sua indubitável legitimidade, e de sua legalidade declarada pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, devido a recentes imbróglios suscitados pelas Instituições Privadas de Ensino Superior, os quais se recusam a negociar com o ANDES-SN, foi necessário peticionar ao Ministério do Trabalho para exigir que cumprisse a decisão judicial que ratificou o seu Registro Sindical.

Assim, após demorada análise do referido pedido, que foi devidamente instruído com cópias autenticadas de todos os elementos necessários à verificação dos efeitos da citada decisão judicial transitada em julgado, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de sua Secretária Executiva, dando caráter oficial à decisão conjunta do Coordenador Geral de Registros Sindicais, do Secretário de Relações do Trabalho e dela própria, promoveu a chancela regular, formal e fundamentada do registro sindical do impetrante, por meio de publicação no DOU de 26/8/2004, nos seguintes termos:

"SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

Em 16 de julho de 2003

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 343, de 4 de maio de 2000 e, na Portaria nº 310, de 5 de abril de 2001, **DESPACHO/MTE/SRT/CGRS/Nº15/2003**, em cumprimento à decisão judicial, transitada em julgado, proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no MS nº 362-DF, e mantida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Agravo Regimental em Recurso Ordinário ao MS nº 21336-1, (fls. 20 e seguintes, apenso 46000.001642/97-79) resolve: Conceder o Registro Sindical à entidade abaixo relacionada:

Processo 24000.001266/90-77

Entidade: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES - Sindicato Nacional
SANDRA STARLING"

(...)Ocorre, entretanto, que de forma inadvertida e imotivada, em 4/12/2003, não obstante, sobreveio a publicação no DOU do malsinado ato de suspensão do registro sindical do impetrante, formalizado em despacho firmado pela Secretária Executiva do Ministério do Trabalho.

Cumpra assinalar que tal despacho desconstituiu irregularmente o ato que lhe antecederia. E não apenas porque subverteu flagrantemente as regras e o rito estatuídos nas normas regulamentares que invoca, como também porque violou simultaneamente diversos preceitos impositivos à Administração Pública, tais como os da legalidade, da motivação, do devido processo legal e da observância do contraditório e da ampla defesa, além de ignorar o teor de decisão judicial transitada em julgado. Está assim vazado o despacho atacado :

"SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

Em 2 de dezembro de 2003

Suspensão de Registro

A Senhora Secretária Executiva, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 343, de 04 de maio de 2000, Portaria 310, de 05 de abril de 2001, resolve: *SUSPENDER* o registro sindical publicado no DOU de 26.09.2003, Seção 1, pág. 66/7, Nº 187, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES - Sindicato Nacional, processo nº 24000.001266/90-01.

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Substituta"

Não restando outra via, a Assessoria Jurídica do ANDES impetrou Mandado de Segurança junto à Justiça Federal, contra o ato da Sra. Secretária Executiva do Ministério do Trabalho, visando restabelecer a plenitude do nosso Registro Sindical. O referido *writ* foi distribuído à 20ª Vara Federal e recebeu o nº 2004.34.00.001378-7.

Após analisar os argumentos jurídicos, devidamente acompanhados da respectiva documentação comprobatória, o MM Juiz da 20ª Vara Federal houve por bem restabelecer, liminarmente, a plenitude do Registro Sindical do ANDES, em janeiro de 2004.

O deferimento da sobredita liminar fez com que as entidades sindicais que litigam com o ANDES-SINDICATO NACIONAL pela representatividade da categoria dos docentes no ensino superior, solicitassem seu ingresso na lide na condição de litisconsortes passivos necessários. Tal pedido foi acatado pelo MM. Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a citação de todas as 48 (quarenta e oito) entidades que impugnaram o Pedido de Registro Sindical do ANDES no Ministério do Trabalho e Emprego.

No mesmo mês de janeiro do corrente ano, algumas das referidas entidades interpuseram conjuntamente Agravo de Instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região no fito de desconstituir os efeitos da liminar deferida a favor do ANDES- SINDICATO NACIONAL pelo MM. Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O Tribunal Regional da 1ª Região, por sua vez, acatou o pedido das entidades agravantes, concedendo efeito suspensivo à referida liminar, restabelecendo o ato do Ministério do Trabalho e Emprego que anulou o Registro Sindical concedido ao ANDES- SINDICATO NACIONAL em 1990.

Tal situação permanece em voga, na medida em que a MM. 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal não procedeu, até o presente momento, à citação de todas as 48 (quarenta e oito) entidades sindicais que impugnaram o Processo de Registro Sindical do ANDES- SINDICATO NACIONAL no Ministério do Trabalho.

Em razão disso, requereu-se a reconsideração da decisão do Tribunal Regional Federal no Agravo de Instrumento interposto pelas entidades que litigam com o ANDES- SINDICATO NACIONAL. No fito de apressar a análise da solicitação em referência, essa Assessoria Jurídica solicitará audiência com a Desembargadora Federal Maria do Carmo, a fim de que o entendimento daquele juízo de segunda instância seja revisto e, por conseguinte, seja restabelecido o teor da liminar concedida no Mandado de Segurança nº 2004.34.00.00.1378-7.

Atenciosamente,

Assessoria Jurídica Nacional

**CALENÁRIO DE LUTAS
DO ANDES**

25/01

Reunião do Setor das IFES, em Porto Alegre.

25/01

Reunião do GTPE do ANDES-SN, em Porto Alegre.

26/01

Plenária Nacional dos Servidores Federais, convocada pelo CNESF, em Porto Alegre.

26 a 31/01

Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

24/02 a 01/03

24º Congresso do ANDES-SN, em Curitiba (PR), com o tema: *"Unidade e independência da classe trabalhadora: direitos sociais e projeto de emancipação"*.

EXPEDIENTE

ADUR Informa

Publicação da Associação dos Docentes da UFRRJ

Endereço:

Rodovia BR 465, Km 7 - Campus da UFRRJ - Seropédica, RJ.

Caixa Postal: 74.537 - CEP: 23.851-970.

Telefax: (21)2682-1379.

E-mail: adurrj@adur-rj.org.br

Conselho Editorial:

Canrobert P. L. Costa Neto, Rosane Ferreira de Oliveira, Luis Mauro Sampaio Magalhães, Maria Teresa Carneiro da Cunha, Irlene Braga da Trindade e Frederico José Falcão.

Redação e diagramação:

Aline Pereira (Reg. 25163/ MTb)

Fotolito e impressão:

Gráfica Jornal de Hoje

Tiragem: 2 mil exemplares

